

## Branquitude escancarada: poder branco durante o apartheid na África do Sul

PAOLA PRANDINI\*

**Resumo:** Escrito exclusivamente com base em leituras de produções acadêmicas realizadas por intelectuais de origem sul-africana ou que desenvolveram pesquisa no país, este artigo analisa as formas pelas quais a população branca sul-africana, também conhecida por africânderes ou bôeres, utilizou discursos e práticas diretamente relacionadas à valorização da branquitude para estabelecer estruturas de poder durante o sistema de apartheid imposto na África do Sul, entre os anos de 1948 e 1994. O texto apresenta discussão em torno da construção identitária desta parcela da população, que representa menos de 10% da população do país, mas, que, por outro lado, ainda mantém lógicas e dinâmicas socioculturais, como, por exemplo, o uso da língua enquanto instrumento de manutenção da hegemonia branca. Aponta, portanto, permanências de valores relacionados à branquitude até os dias atuais naquele território.

**Palavras-chave:** Identidade branca sul-africana; Colonização; Segregação; Língua.

### Whiteness wide-open: white power during apartheid in South Africa

**Abstract:** Written exclusively based on readings of academic productions carried out by intellectuals of South African origin or who carried out research in the country, this article analyzes the ways in which the white South African population, also known as Afrikaners or Boers, used discourses and practices directly related to the valorization of whiteness to establish power structures during the apartheid system imposed in South Africa, between 1948 and 1994. The text presents a discussion on the identity construction of this portion of the population, which represents less than 10% of the population of the country, but which, on the other hand, still maintains sociocultural logics and dynamics, such as, for example, the use of language as an instrument to maintain white hegemony. Therefore, it points out that values related to whiteness remain until the present day in that territory.

**Key words:** White South African identity; Colonization; Segregation; Language.



\* **PAOLA PRANDINI** é doutoranda em Ciências da Comunicação, pela Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo. Pesquisadora-Visitante da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, e da Witwatersrand University, na África do Sul. Email: [paola@usp.br](mailto:paola@usp.br)



Fonte Depositphotos.whites-only

*There is no longer anything I can  
fear. There is nothing the apartheid  
government has not done to me.  
There isn't any pain I haven't known.*  
Winnie Mandela<sup>1</sup>

No dia 08 de junho de 2020, o fundador e líder do partido de oposição sul-africano EFF (*Economic Freedom Fighters*), Julius Malema, fez um discurso, à frente da embaixada dos Estados Unidos, na capital Pretória, como parte de uma marcha realizada pelo partido em decorrência do assassinato do afroamericano George Floyd por um policial branco estadunidense, naquele mesmo ano. O enfoque dado por Malema foi

direcionado à população branca do país, em uma convocação à aprendizagem de línguas tradicionais sul-africanas e ao reconhecimento do cotidiano de populações negras nas chamadas *townships*, as quais, em um contexto brasileiro, seriam nomeadas de favelas<sup>2</sup>.

Como parte de sua construção discursiva, histórica e socialmente compreendida enquanto radical, Malema afirmou: "Que mais brancos se dirijam às *townships* e vivenciem nossa dor, vejam nossa miséria para entender nossa raiva porque estamos muito zangados e não nos desculpamos por

<sup>1</sup> Como parte da epígrafe que inspira este texto, faço referência a uma das famosas frases ditas pela ativista sul-africana Winnie Mandela, quando afirma: "Não há nada mais que eu possa temer. Não há nada que o governo do apartheid não tenha feito contra mim. Não há nenhuma dor que eu não tenha conhecido". A citação foi retirada do seguinte website: <https://www.nelsonmandela.org/news/entry/winnie-madikizela-mandela-26-september-1936-2-april-2018>.

<sup>2</sup> Reportagem escrita por Zingisa Mvumvu, publicada no segundo maior website da África do Sul, *Times Live*, intitulada "*Speak African languages, visit townships: Malema to white South Africans*", apresenta mais detalhes a respeito do discurso pronunciado pelo ativista político Julius Malema. A íntegra do texto pode ser lida no endereço eletrônico a seguir: <https://www.timeslive.co.za/politics/2020-06-08-speak-african-languages-visit-townships-malema-to-white-south-africans/>.

isso"<sup>3</sup>. E acrescentou: "Comecem [pessoas brancas sul-africanas] a aprender nossos idiomas. Nós sabemos tudo sobre vocês, mas vocês não sabem nada sobre nós. Todos os dias, um homem branco diz: 'Eu sou um africano, nasci aqui'. Mas vocês não conhecem uma língua africana. Vocês deviam se envergonhar! Língua é a sua identidade"<sup>4</sup>.

Ao conclamar a população branca a conhecer os cotidianos vividos pelas populações não-brancas que vivem nas *townships* sul-africanas e a aprender outros idiomas, para além do inglês e do afrikaans, Malema ilustra o cenário étnico-racial do país e exemplifica meios de combater a permanência da branquitude, a fim de romper estruturas de poder branco ainda vigentes e que têm, em sua origem, o colonialismo e as injustiças raciais criadas durante o período que ficou conhecido como apartheid. Este período da história sul-africana apresenta o que, nomeio, de "branquitude escancarada", já que, durante este período, é nítida a utilização de uma série de discursos e de práticas de supremacia branca, que forçavam a opressão contra a maioria da população sul-africana, pelo simples fato de não apresentarem características que os e as colocassem como sendo parte do grupo populacional branco do

---

<sup>3</sup> A versão original, em inglês, da frase dita por Julius Malema, apresentada na referida reportagem, é a seguinte: "Let more white people go to the township and experience our pain, see our misery to understand our anger because we are very angry and make no apology about it".

<sup>4</sup> O texto original, em inglês, do trecho citado por Malema, conforme reportagem aqui apresentada, é o seguinte: "Start learning our languages. We know everything about you, yet you know nothing about us. Every day a white man says, 'I am an African, I was born here'. But you do not know an African language. Shame on you! Language is your identity".

país, por mais que este também apresentasse diversidades intragrupo (DAVIES, 2009) e inclusive, em uma perspectiva global, tivesse sua branquitude questionada, afinal não deixavam de ser africanos(as) (FALKOF, 2016), portanto vistos, principalmente por populações europeias, enquanto não tão brancos(as) assim ou não-brancos(as) suficientemente.

O conceito de branquitude é por mim compreendido enquanto uma construção cultural, histórica, política e social que estabelece modos de ser e de estar de pessoas brancas no mundo, demarcados por estruturas de poder e de privilégios, que, por sua vez, hierarquizam pessoas a partir de suas pertenças étnico-raciais e podem ser vistos por meio de discursos e de práticas que partem de ideais de hegemonia e de supremacia brancas. No caso específico do sistema de apartheid sul-africano, percebe-se um alargamento e uma certa tranquilidade, por parte de pessoas brancas, em fazer uso dessas ideologias, por isso a noção de um escancaramento desta branquitude, como apresento neste texto.

Retomando o discurso de Julius Malema, o ativista também aponta a língua enquanto motor de construção identitária e que pode ser utilizada para as transformações sociais do território. Como afirma Davies (2009, p. 131), após ter realizado pesquisa sobre a população africâner na chamada *Nova África do Sul* (grifos meus): "(...) somente alcançando um equilíbrio entre essas dimensões estruturais e subjetivas interconectadas é que se pode buscar uma compreensão adequada das políticas de identidade pós-apartheid"<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Na versão original, o excerto apresenta-se como: "(...) only by reaching a balance between these interconnected structural and subjective

As diversidades linguísticas no continente africano são um ponto central para a valorização de políticas e de condutas - pessoais e institucionais - que correspondam às cosmogonias e às cosmovisões da maioria dos cidadãos e das cidadãs deste que é considerado o berço da humanidade. No entanto, tal valorização não é uma realidade observada em grande parte dos 54 países que compõem o continente. Na África do Sul, por exemplo, o inglês e o afrikaans são, até os dias atuais, os idiomas mais utilizados enquanto meio para ensinar e aprender nas escolas públicas (HUNTER, 2019), tamanho é o poder das línguas herdadas pela colonização britânica e holandesa e a ainda vigente estrutura que privilegia muito do que foi construído como parte da identidade africâner.

No centro da ideia da África do Sul surgiram e subsistiram várias formas de identidades. Estas variaram de identidades de base histórica e cultural comumente referidas como identidades étnicas que foram reinventadas e reificadas sob o colonialismo do apartheid; identidades baseadas no mercado comumente conhecidas como classes nascidas de processos de espoliação, acumulação primitiva, camponesa, proletarianização, aburguesamento e compradorialização; identidades de gênero nascidas de várias formas práticas de socialização que foram reforçadas por ideologias coloniais/do apartheid de domesticidade feminina; identidades políticas inventadas colonialmente, como preto versus branco; cidadãos vs. súditos; nativos vs. não-nativos e civilizados vs. povos primitivos

---

dimensions can a proper comprehension of post-apartheid identity politics be sought".

(NDLOVU-GATSHENI, 2018, p. 205)<sup>6</sup>.

Como aponta o pesquisador sul-africano Ndlovu-Gatsheni acima, assim como qualquer país do globo terrestre, a África do Sul é formada por variadas construções identitárias, demarcadas por classe, gênero e raça, em uma perspectiva interseccional. São hierarquias sociais que estabelecem estratégias de opressão, em diferentes níveis, entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais e/ou identidades de gênero e onde há marcas de opressão, inclusive, intrarraciais, como, por exemplo, quando se observa que "as mulheres brancas só podem acessar os privilégios da branquitude por meio de um portão vigiado por homens brancos"<sup>7</sup> (WESTHUIZEN, 2017, p. 141), que, por sua vez, parecem ter o poder de avaliar se as mesmas correspondem às prerrogativas da heteronormatividade masculina branca hegemônica.

No entanto, como também pode ser percebido no trecho destacado anteriormente, a África do Sul

---

<sup>6</sup> O trecho citado, em sua versão original, é o seguinte: "At the centre of the idea of South Africa emerged and subsisted various forms of identities. These ranged from historical and cultural-based identities commonly referred to as ethnic identities that were reinvented and reified under apartheid colonialism; market-based identities commonly known as classes born out of processes of dispossession, primitive accumulation, peasantization, proletarianization, embourgeoisement and compradorialization; gendered-identities born out of various practical forms of socialization that were reinforced by colonial/apartheid ideologies of female domesticity; colonially-invented political identities such as black vs. white; citizens vs. subjects; natives vs. non-natives and civilized vs. primitive people".

<sup>7</sup> Em sua versão original, a frase pode ser lida da seguinte forma: "white women may only access the privileges of whiteness through a gateway guarded by white men".

apresenta, em sua composição, construções identitárias que se originam do processo de colonização europeia e das interações provocadas pelo apartheid, uma realidade *sui generis* deste território. Afinal, o apartheid (termo, em afrikaans, que substituiu o então pejorativo uso de 'segregação') foi um sistema fundamentado no poder e na supremacia branca, que colaborou para a reificação da branquitude dentre as dezenas de grupos étnicos sul-africanos, e especialmente este conhecido como *africâner*, sobre o qual me debruçarei, na análise proposta a seguir.

### **Branquitude escancarada: supremacia branca durante o apartheid sul-africano**

A construção identitária étnico-racial sul-africana é demarcada por relações de poder em que, historicamente, aqueles e aquelas que descendem de populações europeias e apresentam características que os e as definem enquanto pessoas brancas, usufruem de privilégios e exercem poder sobre os cerca de 90% restantes de habitantes do país, considerados negros(as), *coloured* (mestiços) e indianos(as). Mas identificar-se enquanto uma pessoa branca não foi dado ao acaso, conforme aponta a pesquisadora afroamericana que desenvolveu sobre branquitude na África do Sul, quando afirma:

As pessoas brancas não se tornaram brancas apenas por meio de interpretações populares das leis de segregação; as pessoas brancas se tornaram brancas através do monitoramento e da manipulação de seus corpos. Nas colônias de povoamento, práticas como assassinato não-seccionado, tortura, estupro, espancamento de casal com foro residencial, falsificação eleitoral, leis anti-miscigenação, anti-imigração e campanhas de imigração somente para brancos,

perfil racial, políticas somente em inglês e mudança de nome contribuíram para uma reescrita massiva da identidade branca e da linguagem branca e novos entendimentos do corpo branco no espaço. Tais práticas servem para conter o corpo branco por meio de políticas protecionistas. Mas todas essas políticas têm corolários biológicos e dependem em grande parte dos discursos científicos e biológicos sobre limpeza, superioridade e capacidade (HERARD-WILLOUGHBY, 2015, p. 96)<sup>8</sup>.

Com extensão que se dá desde o Cabo da Boa Esperança, ao sul, até o Rio Zambeze, ao norte, o fato de o país ter sido demarcado pela colonização europeia e pelo apartheid culminou na constituição de um território com diversos agrupamentos étnico-raciais - assim como pode ser visto também nos quatro outros países com que a África do Sul faz fronteiras (sendo Namíbia, Zimbábue, Botsuana e Moçambique) e em grande parte do continente. Contudo, aquela que ficaria conhecida por "nação arco-íris", conforme sonhou Nelson Mandela, manteve a binariedade

<sup>8</sup> A versão original do excerto citado é a seguinte: "White people did not become white solely through popular interpretations of segregation laws; white people became white through monitoring and manipulation of their bodies. In settler societies, practices such as unsectioned murder, torture, rape, beating couple with residential redlining, electoral gerrymandering, antimiscegenation laws, anti-immigration, and white-only immigration campaigns, racial profiling, English-only policies, and name changing that have all contributed to a massive rescripting of white identity and white language and new understandings of the white body in space. Such practices serve to contain the white body through protectionist policies. But all of these policies have biological corollaries and depend to a great extent on social scientific and biological discourses about cleanliness, superiority, and capacity".

entre pessoas declaradas brancas e pessoas de outros pertencimentos raciais como característica marcante do território. E a sonhada diversidade de cores e valores de Madiba, infelizmente, passou a ser apenas uma utopia.

Muitas foram as manobras, os deslocamentos e as estratégias de opressão desta que nomeio enquanto "branquitude escancarada" contra as populações negras sul-africanas. A raiz deste processo está nas ações de holandeses e ingleses (colonizadores entre os anos de 1652 e 1910), e posteriormente, de bôeres (descendentes dos colonos holandeses), que deram seguimento a políticas coloniais, com o ápice do apartheid<sup>9</sup>. Durante o período de colonização britânica (1815-1910), por exemplo, foram aprovadas legislações como o Ato do Trabalho Nativo (*Native Labour Act*), em 1911, que criminalizou o abandono do emprego apenas a trabalhadores negros; a Lei da Terra Nativa (*Native Land Act*), de 1913, que restringia o acesso de pessoas negras à terra, forçando-as a trabalhar como empregadas das pessoas brancas; a Lei de Área Urbana dos Nativos, em 1923, que forçou pessoas negras que viviam nas cidades a se mudar para áreas periféricas; dentre outras.

Vários atos se seguiram, até a institucionalização do apartheid, em 1948, com a reorganização sul-africana em bantustões, a partir da consequente aprovação da Lei de Autoridades Bantu, em 1951, que delimitou sul-africanos(as) negros(as) a agrupamentos

tribais simplificados, à época, então organizados, conforme orientação governamental, em: Xhosa, Tswana, Venda, Schangaan, Swazi, Ndebele, Zulu e Sotho do norte e do sul. Esta ação foi uma das respostas dadas pelo governo vigente às demandas que haviam sido suscitadas durante um congresso com entidades e figuras públicas, realizado em agosto de 1950, no país. Os encaminhamentos deste encontro foram organizados em torno de propostas ainda mais brutais de segregação racial – se comparadas com as aprovadas durante a colonização –, tais como: substituição de cargos ocupados por pessoas não-brancas por brancas pobres; casos de assédio contra mulheres brancas deveriam ser punidos com pena de morte; a polícia deveria ter o direito de atirar e de matar, em situações de perturbação à sociedade; e, ainda, estudantes considerados(as) nativos(as) deveriam ser expulsos(as) da escola quando completassem 16 anos, a não ser que pudessem pagar pelos estudos.

Infelizmente, é possível identificar essas proposições em atos concretos aprovados, ao longo do apartheid, como, por exemplo, a promulgação do *Immorality Act*, em 1950, que proibia relações sexuais entre pessoas brancas e negras; e a Lei de Educação Bantu, em 1953, que restringia o estudo recebido por estudantes negros(as) a conteúdos que fossem identificados como sendo mais adequados para eles(as), o que significava negligenciar seus ensinamentos sobre qualquer conteúdo que fosse considerado exterior às suas próprias culturas, na interpretação de um governo formado exclusivamente por pessoas brancas e que tinha interesses políticos em dar fim à educação fornecida por missionários e igrejas que, na leitura dos legisladores da época, estavam criando agitadores

<sup>9</sup> Para detalhamento de todas as leis segregacionistas aprovadas, entre as décadas de 1850 a 1970, na África do Sul, sugiro conhecer a linha do tempo criada pelo website South African History Online (SAHO), disponível no link:

<https://www.sahistory.org.za/article/apartheid-legislation-1850s-1970s>.

em potencial. Além delas, houve aprovações como a Lei de Supressão da Bruxaria, em 1957, destinada a criminalizar sangomas (líderes espirituais) e praticantes de medicina e de magia indígenas; a Lei de Autogoverno Bantu, em 1959; a proibição de casamentos interraciais, em 1968; a Lei de Cidadania de Territórios Negros, em 1970; dentre outras legislações que se seguiram até a década de 1990.

A partir das décadas de 1960 e 1970, houve inúmeros movimentos de resistência que reivindicavam melhores condições de vida para as populações não-brancas sul-africanas, com vistas à promoção de políticas de equidade, como quando centenas de estudantes de Soweto saíram às ruas para lutar contra a possibilidade de aprenderem afrikaans nas escolas. Neste dia, a morte de Hector Pieterse, nos braços de um de seus educadores, se tornou um marco ilustrativo do poder criminoso que o regime ainda tinha em relação às populações, principalmente, não-brancas.

A década de 1980 também foi marcada por um processo de resposta da população branca no poder ao iminente declínio do apartheid. Foi neste período que a sociedade branca tornou-se ainda mais militarizada por meio do recrutamento de homens brancos que pudessem se tornar cadetes paramilitares em escolas brancas e a integração de 'disciplinas' obrigatórias em escolas africanas, como a de defesa da juventude (*Jeugweerbaarheid*) e a de defesa espiritual (*Geestesweerbaarheid*) (WESTHUIZEN, 2007). Em 1983, vale destacar, como estratégia que já buscava responder às críticas internacionais que o governo vinha recebendo (com recorrentes cortes e alterações nas

relações com outros países), foi criado um parlamento tricameral. A partir desta reestruturação constitucional, representantes indianos e mestiços passaram a compor o parlamento juntamente com africanos, também chamados de bôeres, já que, em afrikaans, este último termo significa "agricultor" e, para muitos brancos sul-africanos, esta identidade era um motivo de orgulho e de nostalgia em relação ao histórico de vida bucólico deste grupo (WESTHUIZEN, 2017).

Inclusive, tendo como base essa lógica campestre das vivências bôeres no país, os espaços urbanos também foram impactados por essa hipervalorização do imaginário pastoril e que corresponde aos medos e valores desta população, como, por exemplo, as práticas coloniais, a segregação étnico-racial, a culpa e o poder brancos. A cidade de Joanesburgo, apesar de cosmopolita, é resultado desse processo que também pauta o que Mbembe (2008) irá nomear como sendo uma "cidade racial".

Por construir a habitação como reclusão e segurança, o imaginário pastoril da cidade racial funcionou como uma forma de amenizar os medos de cidadã(o)s brancos(as) e incutir neles(as) uma moralidade de conformidade social em troca de privilégios raciais. Mas o dualismo entre dentro e fora também serviu de base para rejeitar o outro racial e, de fato, para legitimar uma separação do mundo (MBEMBE, 2008, p. 47)<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> A versão original deste excerto pode ser lida conforme segue: "Because it constructed dwelling as both seclusion and security, the pastoral imaginary of the racial city functioned as a way of assuaging white citizens' fears and instilling in them a morality of social conformity in exchange for racial privileges. But the dualism between inside and outside also served as a basis to reject the racial other, and

A racialização é central para compreender as especificidades de um grupo populacional tão peculiar como os africânderes, uma vez que trata-se de uma identidade construída em um jogo de forças simbólico, ligado, de um lado, à potência de uma população que resistiu ao poder britânico e teve bravura suficiente para ressignificar tradições e valores herdados de seus ascendentes holandeses; e de outro, vistos como um povo carregado por uma fraqueza identitária tamanha a ponto de ter construído um sistema - racialmente demarcado - para oprimir todos os outros povos que fossem diferentes de si e institucionalizou políticas de segregação racial que demonstram o quanto temem e se sentem enfraquecidos em um continente e em um país majoritariamente negros.

São dois lados de uma mesma moeda. Uma complexidade que caracteriza a branquitude presente nos modos de existir de pessoas de origem africâner. E que, em alguma medida, se dissocia da branquitude apresentada por pessoas de origem inglesa, também presentes na tessitura que dá vida às cosmovisões brancas sul-africanas. No caso da identidade africâner, percebe-se a existência de um componente central para sua compreensão: a criouliização. Há uma inegável relação de trocas identitárias formuladas por uma histórica convivência forçada entre populações africanas nativas, indígenas e europeias, que deu origem a africânderes e, por isso, estes(as) podem ser considerados(as) crioulos(as).

Além do capital cultural compartilhado – principalmente a língua crioula, o afrikaans (que eles desenvolveram em conjunto, embora recebessem créditos

---

indeed to legitimize a separation from the world".

desigualmente) – esses dois grupos [africânderes e *coloured*] compartilham uma boa porcentagem de seu patrimônio genético, com pesos diferentes entre "branco" e "marrom" (STEYN, 2004, p. 148)<sup>11</sup>.

No entanto, apesar de pessoas consideradas *coloured*, ou mestiças, no país, comumente falarem afrikaans, é muito mais raro encontrar africânderes que saibam falar ou compreender qualquer outra língua sul-africana nativa, sendo elas: isiNdebele, isiPedi, Sesotho, siSwati, Xitsonga, Setswana, Tshivenda, isiXhosa e isiZulu que, somados ao inglês e ao afrikaans, representam os onze idiomas oficiais do país após 1994, uma vez que o fim do apartheid ampliou o rol de línguas oficiais que, até então, eram apenas as herdadas pelos colonizadores. Uma estratégia que comprova as estratégias de potencialização do poder branco sobre as mentes e corpos sul-africanos.

A língua é um meio de organização e conceituação da realidade, mas também é um banco para a memória gerada pela interação humana com o meio social natural. Cada idioma, por menor que seja, carrega sua memória do mundo. Suprimir e diminuir as línguas dos colonizados significava também marginalizar a memória que eles carregavam e elevar a uma universalidade desejável a memória carregada pela linguagem do

---

<sup>11</sup> A versão original do trecho destacado apresenta-se da seguinte forma: "In addition to shared cultural capital —most notably the Creole language, Afrikaans (which they jointly developed, though were unequally credited for) — these two groups share a good percentage of their genetic pool, weighted differently towards 'white' and 'brown'".

conquistador (RAMOUI, 2014, p. 57)<sup>12</sup>.

Tal estratégia de dominação e de imposição do poder branco tem como base a fundamentação de uma individualidade branca em contraposição à coletividade não-branca sob o olhar do poderio branco sul-africano. "Os brancos eram individuais, específicos e humanos, em contraste com a massa sem rosto e sem nome de negros, cujas mortes não foram registradas por nada, exceto números"<sup>13</sup>, como aponta Falkof (2016, p. 176), com especial destaque às políticas de extermínio de populações negras durante o apartheid e o processo de colonização do país. Inclusive, foi parte destas políticas ações sanitárias que buscavam associar pessoas negras à falta de higiene e asseio e, por isso, a necessidade de separá-las das pessoas brancas, então lidas enquanto mais bem educadas e, por isso, com menor risco de apresentar doenças.

Sendo publicizados como pessoas individuais a partir do poder que tinham para nomear a si próprios(as) enquanto seres individuais, portanto diferentes do restante da população sul-africana, majoritariamente negra, os(as) bôeres -

a partir das experiências acumuladas durante o apartheid - puderam exercer poder e opressão sobre todos e todas que consideravam inferiores a eles(as) e tais práticas apresentavam recortes interseccionais, em termos não apenas de raça, mas também com operadores fundamentados em diferenças de classe e de gênero. Dentre essas características que se tornaram fundantes para a identidade africâner, estavam ideias que reforçavam estereótipos como a do "patriarca forte e inabalável e a mãe leal da nação"<sup>14</sup> (FALKOF, 2016, p. 17), noções fundamentais para a perseguição de qualquer pessoa que não se enquadrasse nesses arquétipos, bem como para criação de um sistema que protegesse a fragilidade e o potencial engano que viesse a ser cometido, nesse percurso, afinal tratava-se de um grupo que, em suas próprias leituras e divulgação pública de ideias e valores, buscava – em suas palavras – apenas fazer o bem para a nação. Porém, diga-se de passagem, este bem deveria ser colocado em prática acima de tudo e de qualquer pessoa que não se encaixasse nesse plano pressupostamente divino.

Como ressalta Moutinho (2015, p. 91), pesquisadora brasileira que desenvolveu pesquisa acadêmica na África do Sul, a construção de identidade africâner e suas consequentes ações apoiavam-se em uma "missão divina de instituir um reino de deus na terra, com base no racismo militarizado, em um sexismo igualmente belicoso, na violência e na desigualdade". Apoiando-se em um discurso fundamentalmente religioso e higienista, pessoas brancas protagonizaram discursos e práticas que convergiam a seus próprios interesses e necessidades e que também - apesar de

<sup>12</sup> A citação, em sua língua original, pode ser lida a seguir: "Language is a means of organising and conceptualizing reality, but it is also a bank for the memory generated by human interaction with the natural social environment. Each language, no matter how small, carries its memory of the world. Suppressing and diminishing the languages of the colonized also meant marginalizing the memory they carried and elevating to a desirable universality the memory carried by the language of the conqueror".

<sup>13</sup> O trecho destacado pode ser lido, em sua versão original, como se segue: "White people were individual, specific and human, in contrast to the faceless, nameless mass of black people, whose deaths went unrecorded by anything but numbers".

<sup>14</sup> Na versão original, pode-se ler o seguinte: "the strong, unflinching patriarch and the loyal mother of the nation".

todas as mazelas causadas - instituiu uma lógica controversa entre muitos e muitas africânderes, que buscam, até hoje, se desvencilhar da história de horror e de segregação que carregam as trajetórias vividas por quem viveu durante o apartheid.

Nesse sentido, é possível identificar estratégias, protagonizadas por pessoas brancas sul-africanas, com o intuito de retirar qualquer responsabilidade de seus ombros sobre o que foi o apartheid. De acordo com a pesquisadora branca sul-africana Westhuizen (2017, p. 49-50): "A negação da responsabilidade branca pelas injustiças passadas é usada para negar a culpabilidade pelo racismo atual. Trata-se de uma branquitude despreocupada, que se livrou da culpa e sentiu 'alívio' por não oprimir mais pessoas negras"<sup>15</sup>. Além dessa dificuldade em se auto-responsabilizar pelo legado provocado por seu grupo étnico-racial, principalmente bôeres que não viveram durante o apartheid buscam se eximir de uma possível culpa ancestral e questionam a existência de uma 'africaneridade' única (WESTHUIZEN, 2017). E ainda mais: usam, estrategicamente, discursos não-racialistas para impor uma espécie de democracia racial em um país que está longe de ser encarado como tal.

Salienta-se que esta manobra é perversamente utilizada por pessoas brancas que queiram se valer de uma eventual valorização da anti-colonialidade ou do não-racialismo (movimento protagonizado por pessoas negras sul-africanas, formulado entre

1930 e 1940, com base em princípios socialistas, que ecoavam a urgência da libertação negra, por meio da realização de práxis populistas e africanistas) para impor discursos que corroboram a não existência do racismo, por exemplo. Essas mesmas estratégias podem ser encontradas em território brasileiro, a partir da supervalorização - por parte, principalmente, de pessoas brancas -, do mito da democracia racial e, nos Estados Unidos, por meio da hipervalorização de um sistema *color-blind*.

Dessa forma, as pessoas brancas não precisam reconhecer seus privilégios raciais e nem se posicionar contra um racismo que, potencialmente, 'não existe'. Conforme pôde ser observado em uma pesquisa comparativa entre os contextos raciais sul-africano e estadunidense, a adoção destas ideologias pela comunidade branca "combina a negação da hierarquia racial com uma posição-chave na agenda negra sem, o que é importante, exigir o afastamento de princípios democráticos ou igualitários" (ANSELL, 2006, p. 335)<sup>16</sup>. A pesquisadora estadunidense, Ansell (2006), em um dos seus artigos produzidos a partir das experiências acumuladas junto à população sul-africana, registra a existência de uma "acomodação retórica ao não-racialismo" (*rhetorical accommodation to non-racialism*). Segundo ela, "essa combinação permite que a [pessoa] branca reivindique o alto nível moral de estar 'além da raça', enquanto recusa o sacrifício dos benefícios acumulados do

<sup>15</sup> Na versão original, o excerto destacado pode ser lido como se segue: "Denial of white accountability for past injustice is deployed to deny culpability for present-day racism. This is a happy-go-lucky whiteness, having shrugged off guilt and feeling 'relief' at no longer oppressing black people".

<sup>16</sup> O trecho destacado, em sua versão original, pode ser lido a seguir: "combines denial of racial hierarchy with a position to key items on the black agenda without, importantly, requiring departure from democratic or egalitarian principles".

privilégio racial herdado pelo passado"<sup>17</sup> (ANSELL, 2006, p. 346).

Todavia, apesar de qualquer tentativa de romper com a herança colonial e demarcada pelo apartheid, não há como negar que as relações vividas por quem empregou a segregação e por quem por ela foi oprimido(a) deixaram marcas profundas na África do Sul, que ainda ecoam pelos modos de vida presentes na contemporaneidade do país. Mesmo com a eleição democrática de Nelson Mandela como presidente do país, e com a insistente e resiliente demanda pela aplicação das prerrogativas da Carta da Liberdade (*Freedom Charter*)<sup>18</sup>, ainda existem divergências em relação à efetividade de políticas de direitos humanos que realmente atendam a todas as necessidades de qualquer cidadã ou cidadão do país, independentemente de sua pertença étnico-racial. E um ponto é devastadoramente central: "(...) o fim do apartheid não levou ao fim da branquitude"<sup>19</sup> (FALKOF, 2016, p. 196).

<sup>17</sup> A versão original do excerto pode ser lida como segue: "Such a combination allows white to claim the moral high ground of being 'beyond race' while refusing sacrifice of the accumulated benefits of racial privilege inherited from the past".

<sup>18</sup> Para conferir a íntegra das prerrogativas da Carta da Liberdade sul-africana, sugiro a leitura do documento, em inglês, disponível no site do partido no poder desde o fim do apartheid, o Congresso Nacional Africano (CNA) ou *African National Congress* (ANC), disponível no link: <https://web.archive.org/web/20110629074215/http://www.anc.org.za/show.php?id=72>.

<sup>19</sup> A frase citada, em sua versão original, pode ser conferida a seguir: "(...) the end of apartheid did not lead to the end of whiteness".

### Considerações finais

Com base no que foi exposto, é importante ressaltar que a complexidade de construções identitárias, sejam elas relacionadas à branquitude ou não, é sempre um fator central para saber que nada é integralmente compreendido ou analisado. No entanto, neste texto, buscou-se problematizar a existência de discursos e de práticas relacionadas à branquitude, durante o apartheid sul-africano, uma vez que essa práxis contribuiu para os processos de ser e estar da população branca do país, tanto para aqueles e aquelas que viveram sob a égide de um sistema de segregação racial, como também para quem herdou as consequências de uma ferida - ainda em processo de cicatrização - histórica.

Para tanto, a seleção de textos citados, neste artigo, foi feita com base em produções acadêmicas de intelectuais de origem sul-africana ou realizadas por pesquisadores(as) que desenvolveram parte de suas investigações no país, a fim de garantir uma maior proximidade e legitimidade das discussões aqui apresentadas. Afinal, ter experienciado as dinâmicas culturais, políticas e sociais do território potencializa as possibilidades de compreensão do lugar em que se está, bem como as relações estabelecidas por pessoas que ocupam e vivenciam diferentes maneiras de existir neste espaço.

Dessa maneira, espera-se contribuir, em última instância, para a divulgação científica de variadas produções acadêmicas internacionais e ainda colaborar para a produção de conhecimentos acerca de um país que é repleto de relações sociais que se aproximam e se distanciam da realidade brasileira, mas que, substancialmente, também enfrenta inúmeros desafios para o enfrentamento da permanente reificação da branquitude em seu

cotidiano. Trata-se, portanto, de um convite à reflexão sobre um marco histórico que contribui, em demasia, para a compreensão de identidades étnico-raciais brancas e que, ao fim e ao cabo, pode agregar ideias e percepções acerca do emergente combate à branquitude no mundo.

#### Referências

ANSELL, A. E. Casting a Blind Eye: The Ironic Consequences of Color-Blindness in South Africa and the United States. In: **Critical Sociology**, v. 32, n. 2-3, pp. 333-356, 2006.

DAVIES, R. **Afrikaners in the New South Africa**. Identity Politics in a Globalised Economy. Nova Iorque (EUA): Tauris Academic Studies, 2009.

FALKOF, N. **The end of whiteness: Satanism & Family Murder in Late Apartheid South Africa**. Joanesburgo (África do Sul): Jacana, 2016.

HERARD-WILLOUGHBY, T. **Waste of white skin**. The Carnegie Corporation and the Racial Logic of White Vulnerability. Califórnia (EUA): University of California Press, 2015.

MBEMBE, A. Aesthetics of Superfluity. In: NUTALL, S. e MBEMBE, A. (org.). **The**

**Elusive Metropolis**. Londres (Reino Unido): Duke University Press, 2008.

MOUTINHO, L. The other side? Das implicações morais de certos horizontes imaginativos na África do Sul. In: **Anuário Antropológico**, v. 2, pp. 77-97, 2015.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. **Epistemic freedom in Africa: deprovincialization and decolonization**. Nova Iorque (EUA): Routledge, 2018.

RAMOUI, N. L. I. African Languages Policy in the Education of South Africa: 20 Years of Freedom or Subjugation? In: **JHEA/RESA**, v. 12, n. 2, pp. 53-93, 2014.

STEYN, M. Rehabilitating a whiteness disgraced: Afrikaner white talk in post-apartheid South Africa. In: **Communication Quarterly**, v. 52, n. 2, pp. 143-169, 2004.

WESTHUIZEN, C. V. D. **Sitting pretty**. White Afrikaans Women in Post-apartheid South Africa. Durban (África do Sul): University of KwaZulu-Natal Press, 2017.

\_\_\_\_\_. **White Power & the Rise and Fall of the National Party**. Cidade do Cabo (África do Sul): Zebra Press, 2007.

Recebido em 2021-07-07

Publicado em 2021-09-01